

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ESTRATÉGIAS DE SENSIBILIZAÇÃO AO CONSUMO SUSTENTÁVEL NOS SETORES ADMINISTRATIVOS DE UM HOSPITAL PARTICULAR DE SALVADOR-BA

*Maria Cicília Caldas Barbosa**

* Bióloga licenciada pelas Faculdades Jorge Amado – FJA, Salvador - BA. E-mail: mciliacaldas@gmail.com

Resumo: As conquistas adquiridas pelo ser humano o levam a padrões de consumo insustentáveis, experimentando-se agora um colapso de ética e valores humanísticos, verificado nas atitudes diárias. Os riscos contemporâneos explicitam os limites e as conseqüências das práticas sociais, trazendo consigo um novo elemento, a "reflexividade". Isso requer um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento e a sua capacitação numa perspectiva interdisciplinar. Os educadores têm um papel estratégico e decisivo na inserção da educação ambiental no cotidiano, qualificando os indivíduos e a coletividade para um posicionamento crítico face à crise socioambiental, tendo como horizonte a transformação de hábitos e práticas sociais e a formação de uma cidadania ambiental que os mobilizem para a questão da sustentabilidade no seu significado mais abrangente.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Consumo sustentável, Educação ambiental, Responsabilidade empresarial.

Abstract: The achievements made by human beings have led them to unbearable consumption patterns, as we can see now with the collapse of ethics and humanistic values, which is clearly detectable in their daily activities. Contemporary risks explain the limits and consequences of social practices, bringing forth a new element, "reflexivity". This requires a set of actors from the educational universe, providing the engagement of the various systems of knowledge and their qualification under an interdisciplinary perspective. Educators have a strategic and decisive role in the integration of environmental education into everyday life, qualifying individuals and the community towards a critical position in the face of the social environmental crisis, having as an aim the transformation of customs and social practices and the formation of an environmental citizenship that can mobilize them to approach the issue of sustainability in its broader meaning.

Keywords: Sustainable development, sustainable consumption, Environmental Education, Entrepreneurial Responsibility.

INTRODUÇÃO

O homem, ao conseguir dominar o uso do fogo, acabou por fazer uma grande descoberta, contudo criou um grande problema. Tal descoberta levou à necessidade de se aprimorar o uso da energia, colocando em cena os recursos oferecidos pela natureza. Para tanto, não há tal geração sem perturbar, de alguma forma, o equilíbrio da natureza, a serviço de um progresso material (PORTO, 1996).

Tendo corrido por muito tempo para inserir a técnica na busca da tal qualidade de vida, hoje o homem deseja ser salvo pela tecnologia (MILARÉ, 2004). Acreditávamos que a Terra era quem provia e mantinha a vida e, há pouco, descobrimos que não procede tal informação e que somos nós seres vivos que provêm e mantêm a vida na Terra, da forma que há conhecemos (PORTO, 1996). Diante desta situação caótica, o homem encontra-se em uma ansiedade difusa, na busca de soluções mesmo que parciais na tentativa de ainda assim conservar a espécie humana.

Face ao exposto, tornou-se necessária a investigação da eficácia das estratégias voltadas para o consumo sustentável nos setores administrativos de um hospital particular de Salvador-BA, objetivando inserir a educação ambiental e possibilitando, desta forma, que os funcionários atuem de forma a compreender a necessidade de uma vida sustentável. A campanha desenvolvida pelo hospital, intitulada de "Economize", fundamentou-se na distribuição de panfletos informativos e adesivos estrategicamente

localizados nos interruptores, porta-papel, torneiras, porta-sabonete, descargas, computadores, como mostra a Figura 1.



Figura 1. Etiquetas e panfleto utilizados na campanha, a partir de novembro de 2006. Salvador-BA.

Além das unidades de execução na parte de assistência, o hospital campo de pesquisa é composto de uma ampla área administrativa, sendo este local considerado ideal, pois respondeu na medida certa aos meus questionamentos sobre a aplicação da educação ambiental numa área urbana. Trabalhando a educação ambiental, os funcionários serão capazes de perceber o quanto é importante a redução na utilização dos recursos (ferramentas de trabalho), e que somente a reciclagem não é a solução, possibilitando, desta forma, uma redução de custos diretos para a empresa como: energia, papel, materiais de menor porte, telefone (evitando o sedentarismo), bem como a conservação dos recursos naturais.

1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde a década de 60, emergiram as preocupações das comunidades internacionais com os limites do desenvolvimento do planeta, quando começaram as discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente (VEIGA, 2006). Tal risco e destino da humanidade levam ao que Milaré (2004) denomina de “pânico universal”, que vem a assombrar a humanidade neste inquietante início de milênio.

Tais discussões ganharam tanta intensidade que levaram a ONU (Organização das Nações Unidas) a promover uma Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, na Suécia no ano de 1972. Em 1973, o canadense Maurice Strong lançou o conceito de ecodesenvolvimento, formulado por Ignacy Sachs. Foram os debates em torno do ecodesenvolvimento que abriram espaço ao conceito de desenvolvimento sustentável, que será tratado mais adiante.

No ano de 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) apresentou um relatório conhecido como Brundtland. O relatório diz que “Desenvolvimento sustentável

(DS) é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. Como este conceito não faz nenhuma crítica à sociedade industrial, direcionando-se tanto aos países industrializados quanto aos subdesenvolvidos, foi aceito pela comunidade internacional. Contudo, segundo Milaré (2004), a característica principal de desenvolvimento se dá na possível e desejável conciliação entre desenvolvimento, a preservação ao meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida, sendo estas três metas indispensáveis.

Diante desta definição, pode-se perceber que o desenvolvimento sustentável não está atrelado diretamente ao impacto econômico e meio ambiente, referindo-se para tanto às conseqüências desta relação no que se convencionou chamar de qualidade de vida, tanto nas sociedades presentes quanto futuras. Furtado (2005) entende que o desenvolvimento sustentável se apóia em um tripé básico: atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade.

A aplicação deste conceito a nossa realidade requer, contudo, além do apoio das unidades públicas, uma maior parceria das unidades privadas, e é justamente neste âmbito que direciono este trabalho.

Face ao emergente cuidado com o nosso planeta, surgem constantes interpretações do conceito de desenvolvimento sustentável. Há hoje em grande escala o uso do termo sustentabilidade, sendo referenciado como sinônimo de desenvolvimento sustentável. Outro exemplo se dá com os termos “crescimento” e “desenvolvimento” que são usados como se fossem a mesma coisa. A distinção entre os dois é fundamental para a devida compreensão do desenvolvimento sustentável. Crescimento significa acesso e acumulação de materiais físicos e financeiros em termos quantitativos. Desenvolvimento representa o acesso a bens e condições em bases qualitativas e medidas por índices de eficiência (FURTADO, 2005). Milaré (2004) explica que isso se dá por conta que, a depender do ângulo sob o qual é examinada, a sustentabilidade induzirá respostas diferentes, que determinarão ações em formas diferentes.

Segundo Barbieri, citado por Milaré (2004), se considerarmos que o conceito de desenvolvimento sustentável sugere, em suas várias descrições, aquilo que uma geração transmite a outra, para que as mesmas possam suprir suas necessidades, a sustentabilidade, ou seja, a qualidade daquilo que é sustentável, a mesma passa a incorporar o significado de manutenção e conservação dos recursos naturais, e para tanto são necessários avanços tecnológicos e científicos para a ampliação permanente da utilização, recuperação e conservação destes recursos, assim como o surgimento de novos conceitos de necessidades humanas.

Segundo Milaré (2004), a sustentabilidade vai além da espécie humana, pois a mesma é inerente aos próprios recursos da natureza, onde as cadeias ecossistêmicas dependem naturalmente de outros recursos, portanto, a sustentabilidade alcança a perpetuação da vida. Há necessidade de profundas alterações nos valores e conduta dos seres humanos, para a devida superação deste quadro de degradação e desconsideração ambiental. A Educação Ambiental fora e dentro das escolas sugere um avanço a ser conseguido, havendo, portanto necessidade de suportes apropriados.

A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional. Segundo Furtado

(2005), a falta de unanimidade no entendimento do conceito de desenvolvimento sustentável leva também a diferentes idéias para aplicação real, ficando muitas vezes somente no plano de declarações públicas.

[...] as causas da divergência de entendimento e aceitação de conceitos são atribuídas a diversas razões... Afirma-se, ainda, que a proposta de desenvolvimento sustentável é considerada excessivamente verde pelos desenvolvimentistas e enfaticamente orientada para as necessidades do futuro, ao invés do presente [...]. (FURTADO, 2005, p. 16)

A ONG Roy F. Weston, citada por Veiga e Rattner (2006), no que tange ao setor privado, recomenda que o conceito de Desenvolvimento Sustentável, assim que é assimilado pelas lideranças de uma empresa e passa a ser almejado como uma nova forma de se produzir sem trazer prejuízos ao meio ambiente e, indiretamente, à sociedade em geral, deve se estender a todos os níveis da organização, para que depois seja formalizado um processo de identificação do impacto de produção da empresa no meio ambiente, uma cultura que tenha os preceitos de desenvolvimento sustentável como base. O passo final é a execução de um projeto que alie produção e conservação ambiental. A ONG ainda prega que as estratégias para implementar o desenvolvimento sustentável não devem ocorrer como uma revolução e sim como uma evolução contínua, para que a mesma se dê de forma conjunta e harmoniosa. Mas, apesar de todas as diferenças, o desenvolvimento sustentável é de grande importância para a reorientação das atividades humanas, necessitando, portanto, que as resistências e ideologias sejam extintas deste contexto.

1.1 Consumo sustentável

Consumo sustentável quer dizer saber usar os recursos naturais para satisfazer as nossas necessidades, sem comprometer as necessidades e aspirações das gerações futuras (MMA, 2007). E para isso não há necessidade de um grande esforço, mas sim de uma reorientação para mais atenção com o que está ao nosso redor, no nosso ambiente. Basta se fazer uma pequena reflexão sobre como agimos. É justamente a forma de utilização e/ou aquisição de bens materiais pelos homens que vem causando direta ou indiretamente grandes problemas ambientais. No âmbito jurídico, Milaré (2004) considera que o consumo sustentável é buscado hoje numa perspectiva holística e sistêmica, havendo, portanto, uma interação no que ele chamou de agendas das leis tanto ambientais como do consumidor, sendo estas inseparáveis: “[...] na esfera prática, não mais pode-se aceitar a dicotomia predominante de ‘leis de proteção do consumidor’ e de ‘leis de proteção do meio ambiente’ [...]”. (MILARÉ, 2004, p. 66).

Para tanto, muitas iniciativas vêm sendo tomadas, normatizadas e elaboradas pela ISO – Internacional Organization for Standardization, compreendidas em sua série 14.000, que visa assegurar a qualidade ambiental tanto nos produtos como nos seus processos produtivos. Por ser uma organização não-governamental, a ISO não pode legislar, contudo, a seriedade das normas elaboradas com reconhecimento universal lhe confere uma atuação incontestável (MILARÉ, 2004).

1.2 Agenda 21: traduzindo em ações o desenvolvimento sustentável

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1992, ficando conhecida como Rio 92. Foi na Rio 92 que a comunidade internacional concebeu e aprovou a Agenda 21, assumindo, assim, compromissos com a mudança da matriz de desenvolvimento no século XXI (MMA, 2007).

Milaré (2004) classifica a Agenda 21 como documento de caráter de diretrizes, que tem em sua essência uma natureza programática oficializada a partir da Conferência acima citada. Assim como outras propostas, a Agenda 21 gera algumas indagações, contudo vale ressaltar que, na sua linguagem, as considerações ambientais abrem caminho ao tratamento de questões econômicas e sociais.

O termo "Agenda" foi concebido no sentido de intenções, desígnio, desejo de mudanças para um modelo de civilização em que predominassem o equilíbrio ambiental e a justiça social entre as nações, planejando o futuro de forma sustentável. "[...] a Agenda 21 é a cartilha básica do desenvolvimento sustentável [...]" (MILARÉ, 2004, p. 68).

Entre os itens abordados na Agenda 21 encontramos destaques como: estímulo à cooperação, seja internacional, seja dentro dos países; ênfase na gestão ambiental descentralizada e participativa; valorização e incremento do poder local; multiplicação de parcerias para o desenvolvimento sustentável; mudança nos processos produtivos. Nessas perspectivas a Agenda 21 vem a ressaltar a promoção do que Milaré (2004) citou como a consciência ambiental e o fortalecimento das instituições para o desenvolvimento sustentável, apelando fortemente para a consciência dos Poderes Públicos e da sociedade.

Diante da proposta feita na Agenda 21 Global, a sua atuação só terá efeito quando trabalhada nos âmbitos nacional, estadual e local, sendo este último enfatizado em seu capítulo 28, devido ao que Milaré (2004), citou como "[...] situações discrepantes que traduzem as diferenças geográficas, étnicas, culturais, econômicas, sociais e políticas [...]", não esquecendo, portanto, de trabalhar em âmbitos locais, mas de forma a permitir o equilíbrio em todo o planeta Terra.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Desde 1864 existe documentado por Marsh, citado por Dias (2003), como os recursos naturais estavam sendo exauridos de forma a comprometê-los. Analisava-se inicialmente o declínio das antigas para com as novas civilizações, contudo esta análise restringia-se a pequenos grupos.

O estudo das inter-relações era restrito ao campo da filosofia. Percebendo esta lacuna foi proposto o termo "ecologia" pelo biólogo Ernst Haeckel, em 1869, na tentativa de estudar as relações das espécies com o meio ambiente. Em complemento a esta preocupação Geddes, considerado "o pai da educação ambiental" citado por Dias (2003), já descrevia a sua preocupação com o desencadeamento nos processos de urbanização e suas conseqüências para a natureza.

Foi durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele, Grã-Bretanha, em 1965, onde a sociedade civil movimentava-se em todo o mundo, que surgia o termo Educação Ambiental. Ao final da

Conferência de Estocolmo em 1972 se recomendou a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), sendo este de fundamental importância para combater a crise ambiental em todo o Planeta. Mas somente em 1975 é que são formuladas e lançadas as orientações para o citado programa, num encontro entre 65 países em Belgrado - Iugoslávia (DIAS, 2003).

Apesar da má interpretação no Brasil da proposta de Educação Ambiental, que foi confundida com a ecologia, no ano de 1993 é adotada como prioridade de investimento a formação de educadores em Educação Ambiental, sendo hoje, na América Latina, o único país que tem uma política específica neste assunto, traduzida na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (DIAS, 2003).

As diretrizes da Educação Ambiental, expressas na lei acima citada, apresentam orientações quanto aos princípios, objetivos, linhas de ação e às estratégias de implementação da Educação Ambiental, a qual é reconhecida por Porto (1996) como um instrumento onde "o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade" (MMA, 2007).

De forma mais sucinta, Dias (2003, p. 100) sugere uma interpretação que condiz com a pretensão da Educação Ambiental: "[...] Acredito que a Educação Ambiental seja um processo por meio do qual as pessoas apreendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade [...]".

Trazendo a nossa realidade, Dias (2003) cita que uma das falhas mais comuns ao sucesso de projetos de Educação Ambiental se dá por conta da falta de envolvimento das pessoas em determinadas ações, onde muito mais do que a informação, a sensibilidade deve ser adquirida. "[...] o ser humano é movido por emoções. Caso elas não sejam estimuladas, a resposta não ocorre [...]". (DIAS, 2003, p. 126).

2.1 Educação ambiental induzindo dinâmicas sociais

Suavé (2005) entende a educação ambiental não como simplesmente mais uma ferramenta para resolução dos problemas no mundo ou do que ele chamou de gestão para o meio ambiente, trata-se de uma educação que diz respeito a uma esfera de interações que deve estar na base do desenvolvimento pessoal e social. Esta esfera divide-se em três estreitamente ligadas entre si:

[...] a esfera das interações consigo mesmo (lugar de construção da identidade); a esfera de interações com os outros (lugar da construção das relações com outras pessoas); e, finalmente, a esfera de interações com o meio de vida compartilhado, Oikos, lugar da educação ecológica e da educação econômica, onde se enriquece a significação do ser no mundo mediante as relações com o mundo não humano [...]. (SUAVÉ, 2005, p. 6)

A partir disto a educação ambiental visa a induzir dinâmicas sociais, tendo início nas comunidades locais e promovendo posteriormente redes mais ampliadas. Mais do que uma educação para o, ou em prol do meio ambiente, o principal objeto da educação ambiental é a relação do homem com o meio ambiente.

Para tanto, o educador deve levar em conta o que Sauv  (2005) chamou de múltiplas facetas dessa rela o, que vem a corresponder aos diversos modos de apreender o meio ambiente.

Jacobi (2003) acredita que o desafio que se coloca   educa o ambiental   formul -la num âmbito crítico e inovador em níveis formais e não-formais, sendo acima de tudo um ato político que deve se voltar para a transforma o social, “[...] o seu enfoque deve buscar uma perspectiva de a o holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degrada o   o ser humano [...]”. (JACOBI, 2003, p. 1).

3 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Ao estudar a origem da responsabiliza o, embora seja matéria controvertida, destaca-se que etimologicamente, o termo *responsabilidade* deriva de responsável, que se origina do latim *responsus*, particip o passado do verbo *respondere*, que significava na época responder, afiançar, prometer e pagar. A responsabilidade surge como deriva o de uma obriga o anterior,   qual o responsável deixou de observar,   sem d vidas, no o peculiar a todas as rela es jurídicas, visando assegurar a observância de alguma obriga o nela existente, ou porque se assumiu tal obriga o, seja em decorrência de um fato ou ato, ocorrido ou praticado. Em um contexto geral a responsabilidade exprime a obriga o de responder por alguma coisa, revelando o dever jurídico em que se coloca a pessoa, seja em virtude de contrato, seja em face de fato ou omissão que lhe sejam imputáveis, para satisfazer a presta o convencionada ou para suportar as san es legalmente previstas (AGNOL, 2006, p. 2).

Segundo Pinto (2007, p. 1), “a Constitui o brasileira de 1988 procurou dar ao meio ambiente uma prote o especial, sendo inovadora em vários pontos, principalmente ao atribuir a todos a responsabilidade pela defesa de uma vida sadia para esta e para as futuras gera es”.

  de se esperar que o ser humano, cada vez mais, aperfei e e desenvolva mecanismos que permitam compatibilizar o desenvolvimento econ mico e a preserva o do meio ambiente, visto que   incompatível a idéia de que se possa retroceder no processo de desenvolvimento. Esses dois temas são fundamentais para a sociedade e devem conviver em harmonia, o que mais uma vez reafirma a cita o de Furtado (2005), para quem o desenvolvimento sustentável deve se apoiar em um tripé básico: atividade econ mica, meio ambiente e bem-estar da sociedade.

Pinto (2007) entende que o meio ambiente constitui-se no conjunto de elementos naturais e culturais que favorecem o desenvolvimento pleno da vida em todas suas formas. Portanto, a preserva o, a recupera o e a revitaliza o do meio ambiente há de ser uma preocupa o de todos. Dias (2003), a despeito de todo o contexto assustador, acredita na potencialidade do ser humano “temos os genes da sobrevivência”, para tanto devemos transformar os problemas existentes em desafios e encará-los, e a educa o   um dos caminhos mais “iluminados”.

Como citado por Dias (2003, p. 418), “a Constitui o da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, cont m vários artigos que tratam da questão ambiental”, destacados em capítulo próprio (Capítulo VI). A Lei Maior salvaguarda o direito de todos ao meio ambiente em equilíbrio, para atender ao reclamo dos indivíduos e da coletividade a uma vida sadia, em sintonia com a natureza.

Para uma nação desenvolver uma consciência ambientalista, ela precisa conhecer e aplicar os princípios fundamentais do Direito Ambiental que, na verdade, são princípios universais de Direito particularizados a esse enfoque, ao tempo que vêm evoluindo em dimensão global (PINTO, 2007, p. 6).

Nesse contexto, a responsabilidade por dano ambiental passa a ter uma dimensão de extrema relevância nos cenários econômicos, políticos e jurídicos mundiais por denotar, também, uma questão de sobrevivência humana.

3.1 Iniciativas para adoção de práticas de Sustentabilidade

Há mais de uma década, os acordos internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento humano vêm colocando como princípio a melhoria do desempenho ambiental das empresas. O processo de sensibilização e conscientização para as questões ambientais, voltado para o público interno das Empresas, comunidade de seu entorno e clientes, requer persistência e continuidade de ações com este fim, como palestras, gincanas, sessões de filmes ambientais etc., além da participação em fóruns, conselhos, redes, comissões, coletivo educador, onde temas como agricultura, educação, desenvolvimento, tecnologia e meio ambiente norteiam as discussões (SILVA, 2007).

As orientações que se seguem para o Desenvolvimento Sustentável (DS) são sugeridas por Furtado (2005). A inclusão de DS nas organizações pressupõe a identificação e a análise das características organizacionais e o indispensável aporte de recursos e meios que afetarão o modelo de gestão e, certamente, a cultura institucional e o comportamento de dirigentes e colaboradores:

- 1) O primeiro passo é a Decisão Organizacional, no plano dos dirigentes máximos, que deverão reconhecer a necessidade da implementação de novas práticas. Dependerá, também, da identificação e do empoderamento de lideranças – definido como a autorização, atribuição ou concessão de poder para que as pessoas possam se organizar, manifestar e participar de decisões. Idealmente, recomenda-se a designação de membros do quadro interno, para conduzirem as atividades, na condição de Ecotime de caráter permanente ou provisório, com a função principal de se relacionar a outros dirigentes, lideranças ou gerências, para transmitir a decisão da alta administração e conduzir o desenho das iniciativas que resultarão na formalização da Proposta de Sustentabilidade Organizacional.
- 2) Em continuidade é preciso proceder à análise de documentos e práticas relevantes, de acordo com a política organizacional vigente. Há de se considerar a Missão – como razão de ser ou intenção original do fundador da organização, de acordo com o tipo de atividade praticada, e a Visão, entendida como a motivação que mantém a Organização no caminho do futuro e expressa o que ela é, e em que deverá torna-se; por quais princípios ela se orienta; que valores e compromissos assume.
- 3) A avaliação de conduta e práticas relevantes, segundo a política organizacional, abrange instrumentos ou ferramentas administrativas usadas e os procedimentos para desenho, implementação e valorização do sistema de educação e aprendizagem organizacional, enfocados na gestão do conhecimento, no direcionamento de mudanças e nas formas de desenvolvimento e empoderamento de lideranças, de

empreendedores e de agentes de inovações, especialmente quando a Organização está orientada para iniciativas, além-de-conformidade.

4) Para ampliar o conhecimento a respeito do tipo de conduta ou de governança é recomendável o levantamento de percepção ou opinião de outros interessados internos e – idealmente – de outros externos, importantes para a Organização. O levantamento irá gerar maior entendimento ou compreensão dos colaboradores a respeito de processos de decisão superior, para implementação de proposta de sustentabilidade organizacional. Proporcionará, também, conhecimento de aceitação de condições internas para a inserção de princípios e conceitos de desenvolvimento sustentável nos procedimentos organizacionais regulares, com base em declarações de política organizacional e no comportamento de dirigentes e demais colaboradores do quadro organizacional. Produzirá, ainda, o entendimento, a percepção, a prática ou a abertura de colaboradores para a inclusão de desenvolvimento sustentável nos procedimentos operacionais regulares da Organização.

Segundo Barbosa, citado por Camargos (2006), o desenvolvimento sustentável deixou de ser um assunto reservado aos ambientalistas e chegou às empresas, sendo que toda empresa deve ter responsabilidade e fazer sua parte. Menu (2006) entende que, para garantir o tão desejado desenvolvimento sustentável, as empresas devem aprender a administrar os impactos de suas atividades, e isso não é tarefa fácil. Como em qualquer gestão há necessidade de realizar diagnóstico, estabelecendo metas e prioridades.

As empresas públicas e privadas ainda estão em fase de adequação às novas exigências da legislação ambiental e da cadeia de consumidores conscientes. Hoje, segundo dados da ONG Pegada Ecológica Brasil, a população do planeta excede em 30% sua capacidade bioprodutiva, sendo que, ao considerarmos a necessidade de preservação da biodiversidade, esse desvio sobe para 50%. Os temas ambientais globais relacionados à qualidade de vida no planeta precisam ser debatidos amplamente com a sociedade. A informação, fundamental para sensibilizar e conscientizar, deve ser trabalhada por meio dos diversos tipos de linguagem, a fim de que se estabeleça a comunicação entre as partes sobre os temas abordados. A política das empresas devem se voltar para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, com propostas que assegurem uma gestão responsável dos recursos naturais do planeta, a fim de preservá-los para as gerações futuras, como também atender às necessidades das gerações atuais. É fundamental, hoje, compatibilizar práticas econômicas e conservacionistas, que tenham notadamente reflexos positivos junto à qualidade de vida de todos (SILVA, 2007).

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Foram utilizados para obtenção dos dados dois questionários, aplicados em duas etapas: o primeiro, distribuído em 100 unidades, buscou visualizar como os funcionários da administração interpretaram o Programa "Economize", lançado no hospital em novembro/2006 para redução de custos, tais como, água, luz, telefone, e no final citando algumas críticas e sugestões relevantes ao programa,

tendo um retorno de 61 unidades. Após a devolução do primeiro questionário foi distribuído o segundo na mesma quantidade inicial, que continha questões mais específicas da área ambiental, como por exemplo, o que eles entendiam por consumo sustentável, qual o papel da educação ambiental, como a mídia auxilia para divulgação e/ou prevenção da degradação ambiental, assim como sobre a contribuição do programa "Economize" para a efetivação de tais temas, tendo um retorno de 35 unidades. Todos os questionários foram submetidos à análise descritiva utilizando o software Sisvar, desenvolvido pela EMBRAPA.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise a seguir é feita a partir do enquadramento funcional dos setores administrativos. Observa-se que a maioria dos funcionários que aderiram à pesquisa correspondia aos Assistentes Administrativos (28%), seguidos pelos Auxiliares Administrativos (21%), em terceiro os funcionários que optaram por não se identificar (18%). Os outros grupos tiveram pouca participação, variando entre 5 a 8%, sendo estes compostos por coordenadores, secretárias, enfermeiras e médicas auditoras. (Figura 2).

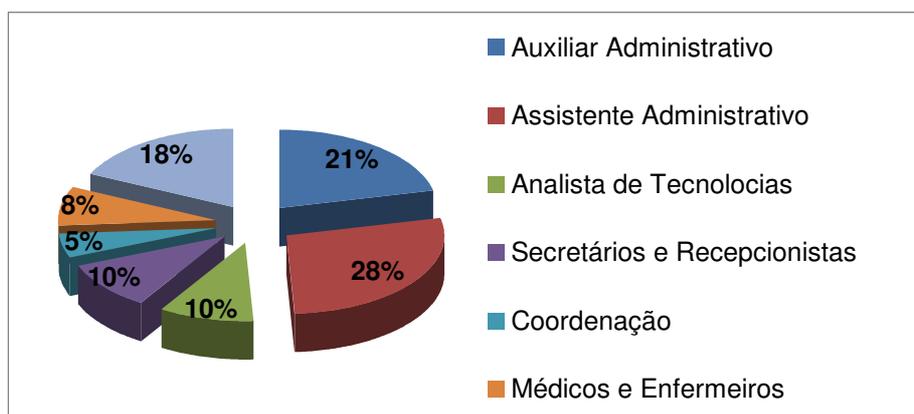


Figura 2. Enquadramento dos funcionários entrevistados nos setores administrativos do hospital, expresso em porcentagem, em maio de 2007 (Salvador-BA).

5.1 Análise do programa

Nos três itens avaliados no primeiro questionário, de forma objetiva, pode-se observar que para a maioria dos funcionários, as etiquetas distribuídas nos aparelhos telefônicos, interruptores e murais, tais como: "Psiu! Apague a luz ao sair"; "Psiu! Só use o necessário", varia de importante (54,1%) a muito importante (40,98%). No que diz respeito à importância da utilização adequada das ferramentas de trabalho, onde se entende por ferramenta os papéis, luz, água, telefone, os funcionários concordaram em quase sua totalidade (88,52%) em relação a esse aspecto. No item proposto relativo à avaliação da importância do programa 62,3% afirmaram ser muito importante para a empresa. Observa-se, contudo, que mesmo sofrendo mínimas variações nas categorias, em nenhum item observa-se como resposta a falta de importância do programa, demonstrando que os funcionários foram sensibilizados em algum momento. (Figura 3). Como sugere Dias (2003, p. 126), a sensibilidade deve ser adquirida. "[...] o ser humano é movido por emoções. Caso elas não sejam estimuladas, a resposta não ocorre [...]".

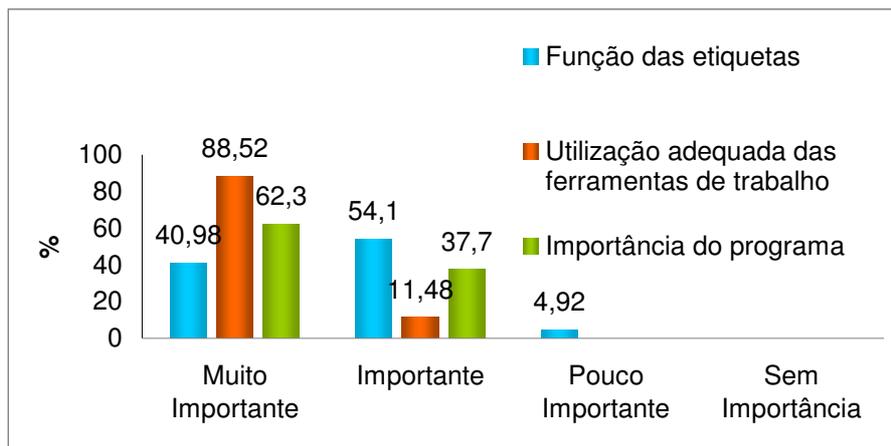


Figura 3. Avaliação Geral da proposta feita pelo programa "Economize", realizados nos setores administrativos do hospital, expresso em porcentagem, em maio de 2007 (Salvador -BA).

5.2 Críticas e Sugestões

Estabeleceu-se como maior crítica ao programa a falta de fiscalização, o que evidencia a não internalização dos princípios do programa pelos funcionários e a necessidade que sentem de regular suas ações a sanções externas. A falta de continuidade do programa, que levou muitos funcionários a acreditar que ele não mais existia, também foi citada em alta frequência, como por exemplo: "Achei que após a semana de início do projeto, não houve continuidade, pelo menos no setor administrativo", "Esse programa deveria ser o ano todo, não só em uma data específica" ou "O programa é importante e necessário, uma boa iniciativa, porém pouco passou da teoria". Para Silva (2007) o processo de sensibilização e conscientização para as questões ambientais voltado para o público interno das empresas, comunidade de seu entorno e clientes, requer persistência e continuidade de ações. O que vem a reforçar a idéia de Veiga (2006) de que estes tipos de programa não devem ocorrer como uma revolução e sim como uma evolução contínua, para que a mesma se dê de forma conjunta e harmoniosa. A falta de divulgação, também citada pelos funcionários, pode ter levado à percepção da falta de continuidade do programa: "No início o programa foi bem divulgado, mas com o passar do tempo não vemos mais nenhuma divulgação". (Figura 4).

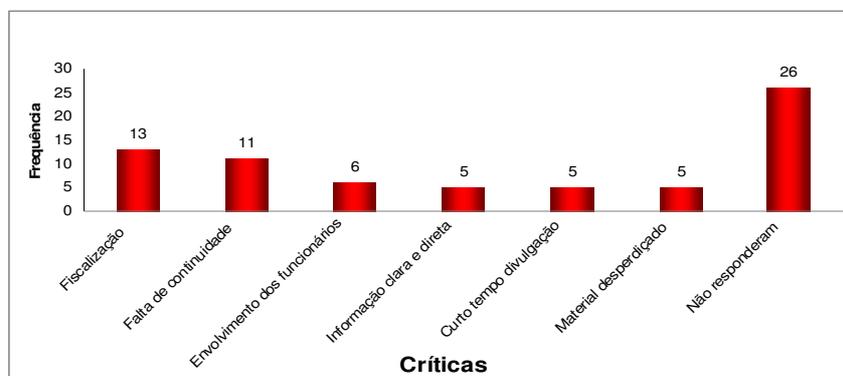


Figura 4. Críticas feitas pelos funcionários dos setores administrativos do hospital sobre o programa "Economize", em maio de 2007 (Salvador -BA).

Dentre as sugestões mais evidentes, destacam-se as palestras, seguidas de ações educativas e acompanhamento. Algumas das propostas foram: "Procurar incentivar os funcionários a economizar cada vez mais, fazendo campanhas, palestras e /ou seminários sobre a necessidade de economizar a energia e principalmente água que está cada vez mais escassa no mundo", "Tornar o programa mais educativo, por exemplo, com informativos periódicos e com uma espécie de vistoria orientadora onde se pudesse observar coisas e atos que vão de encontro aos objetivos do programa e no momento oportuno dar orientação de como proceder corretamente" ou, ainda, "Deve haver divulgação para estimular os funcionários por setor". (Figura 5).

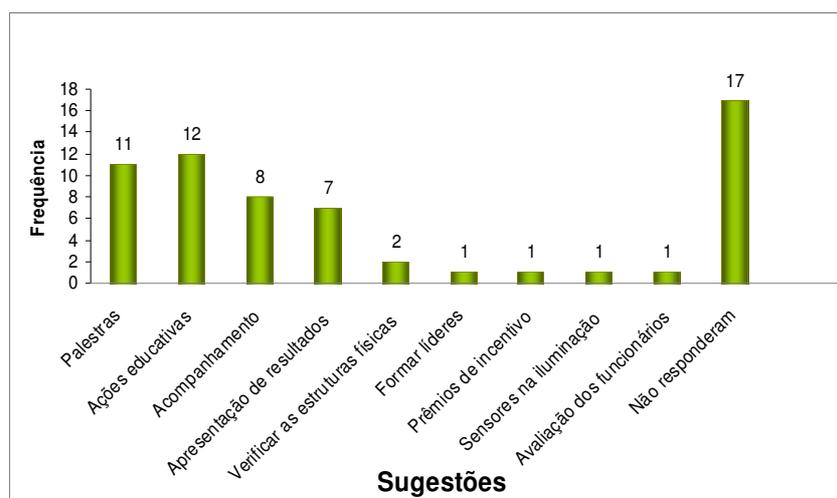


Figura 5. Sugestões feitas pelos funcionários dos setores administrativos do hospital relativas ao programa "Economize", em maio de 2007 (Salvador - BA).

5.3 Entendimento de consumo sustentável

Em relação ao entendimento dos funcionários com relação ao conceito de consumo sustentável a maior frequência relacionou-o à idéia de se "suprir as nossas necessidades para preservar o meio ambiente", apesar de ter sido também observada em menor frequência a noção de se "suprir as nossas necessidades para as futuras gerações", como sugere o MMA (2007). (Figura 6).

Como afirma Rist citado por Sauv  (2005) devido   predominância da ideologia do desenvolvimento, expressa pela proposi o da "educa o para o desenvolvimento sustentável", esta vem a comprometer as metas fundamentais de um entendimento sobre a busca de uma perspectiva de a o holística que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo como referência a no o de que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degrada o   o ser humano.

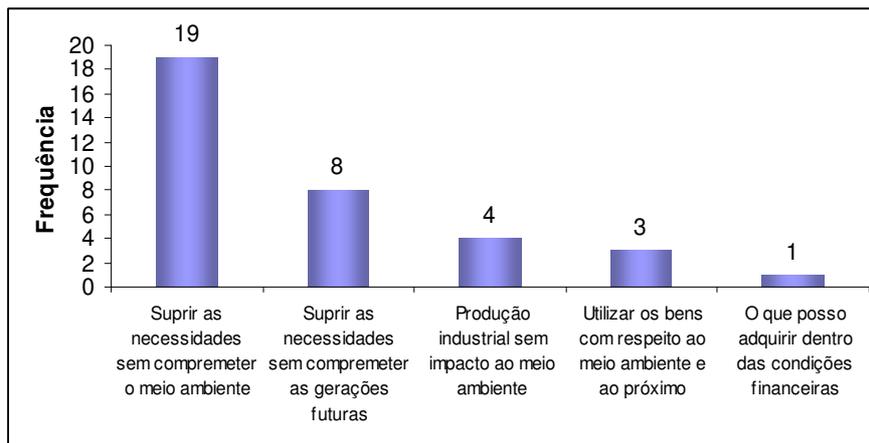


Figura 6. Entendimento dos funcionários dos setores administrativos do hospital sobre consumo sustentável, em maio de 2007 (Salvador –BA).

5.4 Entendimento de educação ambiental

Observa-se que os funcionários dos setores administrativos do hospital não conseguiram assimilar a proposta da educação ambiental (Figura 7), não sendo surpresa, pois se encontram dentro deste universo descendentes de um Brasil que se encontrava em pleno regime militar, quando na Conferência de Estocolmo em 1972, já se fazia o alerta para a gravidade dos problemas ambientais de nosso planeta, como cita Milaré (2004). Só a partir de 1993 é adotada, como prioridade de investimento, a formação de educadores em Educação Ambiental no Brasil, sendo hoje o único país na América Latina que tem uma política específica neste assunto descrita na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (DIAS, 2003).

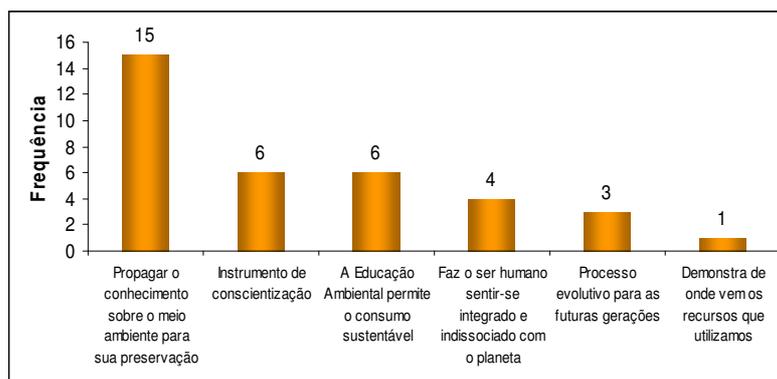


Figura 7. Entendimento dos funcionários dos setores administrativos do hospital sobre educação ambiental, em maio de 2007 (Salvador-BA).

5.5 Mídia x Degradação ambiental

Observa-se que a mídia hoje auxilia na sensibilização dos funcionários dos setores administrativos do hospital para uma tomada de consciência da degradação ambiental (Figura 8). Como cita Dias (2003), a conquista adquirida pela sociedade humana, nos empurra a padrões insuportáveis, experimenta-se agora um colapso de ética e valores humanísticos, verificado nas atitudes diárias. Em complemento,

observa-se que “[...] chegamos ao estado atual, em que nossas ações chocam-se contra nossos deveres e direitos, comprometendo nosso próprio destino [...]” (MILARÉ, 2004, p. 46).

Para tanto, como destaca o MMA (2007), a educação é um instrumento através do qual “o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

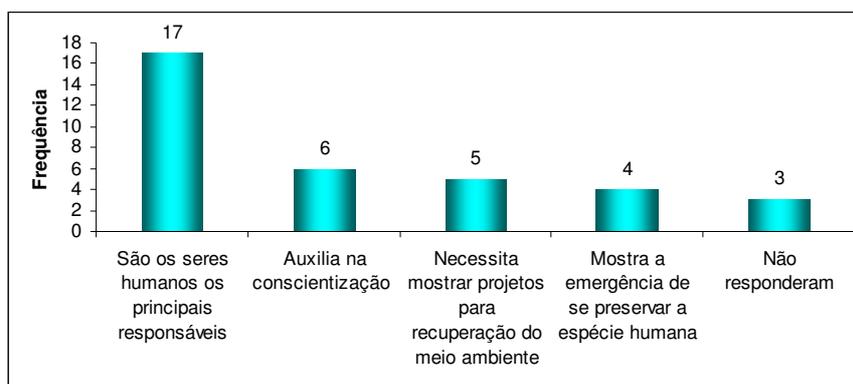


Figura 8. Entendimento dos funcionários dos setores administrativos do hospital sobre a função da mídia x degradação ambiental, em maio de 2007 (Salvador – BA).

5.6 Programa “Economize” x Consumo Sustentável

No que se refere às questões pertinentes ao entendimento de assuntos mais específicos ao meio ambiente, abordados no segundo questionário, em nenhum momento os funcionários dos setores administrativos conseguiram relacionar o programa institucional com uma iniciativa mais ampla, que não restringe o desenvolvimento sustentável como um assunto reservado aos ambientalistas, atingindo também as empresas (Figura 9). Segundo Barbosa citado por Camargos (2006, p. 35), “toda empresa deve ter responsabilidade e fazer sua parte”.

Menu (2006) entende que, para garantir o tão desejado desenvolvimento sustentável, as empresas devem aprender a administrar os impactos de suas atividades, e isso não é tarefa fácil. Contudo, como sugere a ONG Roy F. Weston citada por Veiga e Rattner (2006), as estratégias para implementar o desenvolvimento sustentável não devem ocorrer como uma revolução e sim como uma evolução contínua, para que a mesma se dê de forma conjunta e harmoniosa. É válido lembrar que como, cita Pinto (2007), a Constituição brasileira de 1988 procurou dar ao meio ambiente uma proteção especial, sendo inovadora em vários pontos, principalmente, ao atribuir a todos a responsabilidade pela defesa de uma vida sadia para esta e para as futuras gerações.

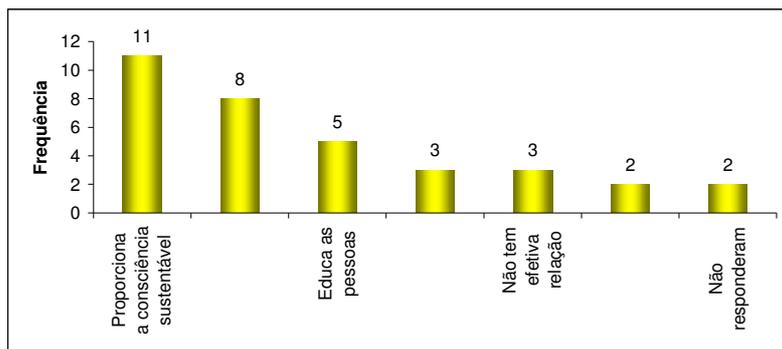


Figura 9. Entendimento dos funcionários dos setores administrativos do hospital sobre a relação do "Programa Economize" com o consumo sustentável, em maio de 2007 (Salvador -BA).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação de desenvolvimento que o homem criou com o planeta, a conquista adquirida pela sociedade humana, nos empurra a padrões de vida insuportáveis, experimenta-se agora um colapso de ética e valores humanísticos, verificados nas atitudes diárias. Mas, apesar de todas as diferenças, o desenvolvimento sustentável é de grande importância para a reorientação das atividades humanas, necessitando, portanto, que as resistências e ideologias sejam extintas deste contexto. O consumo sustentável é buscado hoje dentro de uma perspectiva holística e sistêmica. Geralmente não nos preocupamos com pequenas ações realizadas no nosso dia-a-dia por absoluta desatenção. Contribuímos de forma efetiva para a degradação do nosso planeta, pois nunca paramos para pensar que estes comportamentos vão acarretar sérias dificuldades aos nossos descendentes, o que nos remete à necessidade de uma reflexão sobre as formas de agir e pensar esse ambiente.

Vejo a educação ambiental como ponto relevante para mudança de valores e atitudes, por trata da educação do ser humano em sua relação com o meio ambiente. Foi observado através das entrevistas feitas com os funcionários dos setores administrativos, que apesar de toda divulgação nos meios de comunicação, os mesmos não têm como propriedade o tema abordado, fato que tem suas raízes fundadas no mau entendimento brasileiro sobre a necessidade da abordagem da relação do ser com o meio em que vive.

O Hospital teve uma boa iniciativa ao implantar um programa na amplitude do "Economize". Encontramos hoje algumas mudanças nas áreas físicas como exemplo: colocação de uma válvula de redução volumosa na distribuição de água; troca de toda a fiação da central telefônica, pois tinha vários curtos-circuitos; teste em uma ala com sensores de iluminação no corredor. Tudo foi feito de forma revolucionária. Contudo, como se sabe, a inclusão de Desenvolvimento Sustentável nas organizações pressupõe a identificação e a análise das características organizacionais e o indispensável aporte de recursos e meios que afetarão o modelo de gestão e, certamente, a cultura institucional e o comportamento de dirigentes e colaboradores.

Como sugere Silva (2007) o processo de sensibilização e conscientização para as questões ambientais voltado para o público interno das Empresas, comunidade de seu entorno e clientes, requer persistência e continuidade de ações com este fim, como palestras, gincanas, sessões de filmes ambientais etc., além da participação em fóruns, conselhos, redes, comissões, coletivo educador, onde temas como educação, desenvolvimento, tecnologia e meio ambiente norteiam as discussões.

A partir das discussões precedentes, é válido a reanálise das observações feitas pelos funcionários, que, mesmo não possuindo o entendimento específico, mostram-se bastante receptivos a novas ações. A Constituição brasileira de 1988, como cita Pinto (2007), procurou dar ao meio ambiente uma proteção especial, sendo inovadora em vários pontos, principalmente ao atribuir a todos a responsabilidade pela defesa de uma vida sadia para esta e para as futuras gerações. Estabelece um dever do Poder Público, não excludente quanto ao dever de todos os cidadãos, podendo o hospital, no nível em que se encontra, buscar o efetivo tripé básico, como denominou Furtado (2005): atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade.

7 REFERÊNCIAS

- AGNOL, Alencar João Dall´. **Responsabilidade ambiental**. Disponível em: <<http://www.rlcu.org.ar/revista/numeros/04-07-October-2006/documentos/alencar.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2006.
- CAMARGOS, Daniella. **Guia Exame**. Boa Cidadania corporativa 400 práticas de gestão. São Paulo: Abril, v. 7, dez. 2006. Edição Especial.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.
- FURTADO, João Salvador. **Sustentabilidade empresarial: guia de práticas econômicas, ambientais e sociais**. Salvador: NEAMA/CRA, 2005.
- JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Caderno e Pesquisa**, São Paulo, n. 118, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742003000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2006.
- MENU, Vicent. **Guia Exame**. Boa Cidadania corporativa 400 práticas de gestão. São Paulo: Abril, v. 7, dez. 2006. Edição Especial.
- MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente). **DESENVOLVIMENTO Sustentável, educação ambiental e Agenda 21**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.meioambiente.gov.br>>. Acesso em: 3 fev. 2007.
- PINTO, Oriana Piske de Azevedo Magalhães. **Responsabilidade por dano ambiental**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.idcb.org.br/artigos/dr%20oriana/Responsabilidade.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2007.
- PORTO, Marcovan et al. **Atlas do meio ambiente do Brasil / Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**. 2. ed. Brasília: Terra Viva, 1996.

SILVA, Mauricilia Pereira da. Educação ambiental nas empresas: um processo necessário. **Agência Amazônica**, 2007. Disponível em: <http://www.agenciaamazonia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=508&Itemid=32>. Acesso em: 18 maio 2007.

VEIGA, José Eli da; RATTNER, Henrique. **Desenvolvimento sustentável**: Histórico/ Conceito. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.economia.net /economia/3_ desenvolvimento_ sustentavel_ conceito. html>. Acesso em: 12 abr. 2006.

SAUVE, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, v. 31, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 mar. 2007.